



TCE SP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

SIMULADO FINAL

TCE SP

**Auditor de Controle Externo
Ciências Contábeis - Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-SP**, cargo de **Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/r3uUoZnKWp2RfiD76>

01 - ABCDE	17 - ABCDE	33 - ABCDE	49 - ABCDE	65 - ABCDE
02 - ABCDE	18 - ABCDE	34 - ABCDE	50 - ABCDE	66 - ABCDE
03 - ABCDE	19 - ABCDE	35 - ABCDE	51 - ABCDE	67 - ABCDE
04 - ABCDE	20 - ABCDE	36 - ABCDE	52 - ABCDE	68 - ABCDE
05 - ABCDE	21 - ABCDE	37 - ABCDE	53 - ABCDE	69 - ABCDE
06 - ABCDE	22 - ABCDE	38 - ABCDE	54 - ABCDE	70 - ABCDE
07 - ABCDE	23 - ABCDE	39 - ABCDE	55 - ABCDE	71 - ABCDE
08 - ABCDE	24 - ABCDE	40 - ABCDE	56 - ABCDE	72 - ABCDE
09 - ABCDE	25 - ABCDE	41 - ABCDE	57 - ABCDE	73 - ABCDE
10 - ABCDE	26 - ABCDE	42 - ABCDE	58 - ABCDE	74 - ABCDE
11 - ABCDE	27 - ABCDE	43 - ABCDE	59 - ABCDE	75 - ABCDE
12 - ABCDE	28 - ABCDE	44 - ABCDE	60 - ABCDE	76 - ABCDE
13 - ABCDE	29 - ABCDE	45 - ABCDE	61 - ABCDE	77 - ABCDE
14 - ABCDE	30 - ABCDE	46 - ABCDE	62 - ABCDE	78 - ABCDE
15 - ABCDE	31 - ABCDE	47 - ABCDE	63 - ABCDE	79 - ABCDE
16 - ABCDE	32 - ABCDE	48 - ABCDE	64 - ABCDE	80 - ABCDE

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/wnitya>

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4dco4eu>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra***Texto transcrito****Uso de celulares na educação exige orientação dentro e fora da escola**

Foi graças ao celular que Débora Garofalo, na época professora em uma escola municipal paulistana, conseguiu desenvolver atividades de programação com seus alunos do ensino fundamental — impulsionando um projeto de robótica com sucata que a fez chegar aos melhores colocados do Global Teacher Prize, prêmio para professores considerado o “Nobel da educação”.

Desde que esses aparelhos eletrônicos passaram a entrar nas salas de aula, Garofalo defende que eles podem ser aliados, e não inimigos. “A gente não pode negar que está vivenciando uma revolução tecnológica. Não dá para a gente voltar à era do giz e da lousa, somente do livro didático”, afirma a educadora. Nesse contexto, torna-se necessário educar para o uso desses recursos. O estudante precisa compreender, por exemplo, que, ao acessar uma rede social ou realizar uma pesquisa, há mecanismos que influenciam os resultados obtidos.

Além disso, não basta que a escola imponha restrições ao uso de celulares se, fora dela, não houver orientação adequada. “Não adianta também a escola proibir e os pais continuarem permitindo o uso de forma liberada, sem uma rotina. A criança chega em casa e fica quatro, cinco horas seguidas no celular ou no computador.”, alerta. De acordo com a professora, o uso excessivo desses dispositivos, sem acompanhamento, pode comprometer a relação dos estudantes com a aprendizagem.

1. De acordo com o texto, a experiência de Débora Garofalo e suas considerações sobre o uso de celulares permitem concluir que

- a) os resultados positivos obtidos com a robótica demonstram que o uso prolongado de celulares favorece a aprendizagem.
- b) a incorporação de recursos tecnológicos ao ensino torna dispensáveis os materiais didáticos tradicionais.
- c) a orientação familiar pode substituir o trabalho da escola na formação dos estudantes para o uso de tecnologias.
- d) o potencial pedagógico dos celulares depende de um uso orientado, que exige atenção tanto no ambiente escolar quanto no familiar.
- e) a influência de mecanismos sobre os resultados das pesquisas impede que os celulares sejam utilizados como ferramentas educativas.

2. Assinale a alternativa em que a expressão destacada tem seu referente corretamente identificado.

- a) “um projeto de robótica com sucata que **a** fez chegar” — uma escola municipal paulistana.
- b) “Garofalo defende que **eles** podem ser aliados” — esses aparelhos eletrônicos.
- c) “**Nesse contexto**, torna-se necessário educar” — a classificação de Garofalo no Global Teacher Prize.
- d) “se, fora **dela**, não houver orientação adequada” — uma rede social.
- e) “**desses dispositivos**, sem acompanhamento” — os mecanismos que influenciam os resultados obtidos.

3. Assinale a alternativa em que a frase elaborada a partir das ideias do texto atende à norma-padrão de regência e de emprego do sinal indicativo de crase.

- a) A orientação deve levar os estudantes à compreender os mecanismos das redes sociais.
- b) A professora defende que os recursos digitais podem contribuir à aprendizagem dos estudantes.
- c) Cabe à escola orientar os estudantes quanto à utilização dos celulares e aos riscos do uso excessivo.
- d) Os responsáveis devem estar atentos à qualquer comportamento associado ao uso excessivo dos dispositivos.
- e) As medidas educativas devem visar à um uso mais consciente dos recursos tecnológicos.

4. Assinale a alternativa em que a concordância está de acordo com a norma-padrão.

- a) Ainda que hajam recursos tecnológicos disponíveis, a orientação dos estudantes continua necessária.
- b) Deve existir, dentro e fora da escola, medidas que favoreçam o uso responsável dos celulares.
- c) Cabe aos pais e aos educadores a definição de limites para o uso dos dispositivos eletrônicos.
- d) Fazem alguns anos que os celulares passaram a integrar as atividades desenvolvidas nas escolas.
- e) O uso prolongado dos aparelhos, associado à falta de acompanhamento, podem prejudicar a aprendizagem.

5. Assinale a alternativa em que a pontuação da frase elaborada a partir do texto está de acordo com a norma-padrão.

- a) A professora, que desenvolveu um projeto de robótica com sucata defende o uso orientado dos celulares.
- b) Os estudantes precisam compreender, que os resultados das pesquisas sofrem a influência de determinados mecanismos.

c) A escola deve orientar os estudantes; e os responsáveis, precisam estabelecer uma rotina em casa.

d) O uso excessivo dos dispositivos, pode comprometer a relação dos estudantes com a aprendizagem.

e) Para a professora, os celulares podem favorecer a aprendizagem, desde que seu uso seja acompanhado de orientação.

RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO

Carlos Henrique

6. Em determinado setor de um órgão público, considere as seguintes afirmações:

I. O relatório de auditoria foi concluído.

II. O relatório de auditoria foi encaminhado ao responsável pela revisão.

A partir dessas afirmações, a proposição “O relatório de auditoria foi concluído e não foi encaminhado ao responsável pela revisão” é equivalente a:

- a) O relatório de auditoria foi concluído, mas não foi encaminhado ao responsável pela revisão.
- b) O relatório de auditoria não foi concluído e foi encaminhado ao responsável pela revisão.
- c) O relatório de auditoria foi concluído ou não foi encaminhado ao responsável pela revisão.
- d) O relatório de auditoria não foi concluído ou foi encaminhado ao responsável pela revisão.
- e) Se o relatório de auditoria foi concluído, então não foi encaminhado ao responsável pela revisão.

7. Considere a afirmação:

“Todos os processos analisados pelo auditor apresentam documentação completa.”

A negação lógica dessa afirmação é:

- a) Nenhum processo analisado pelo auditor apresenta documentação completa.
- b) Todos os processos analisados pelo auditor não apresentam documentação completa.
- c) Pelo menos um processo analisado pelo auditor não apresenta documentação completa.
- d) Pelo menos um processo analisado pelo auditor apresenta documentação completa.
- e) Alguns processos analisados pelo auditor apresentam documentação completa e outros não.

8. Em determinado setor de um órgão público, são feitas as seguintes afirmações:

Se o relatório foi concluído, então a revisão foi realizada.

A revisão não foi realizada.

Considerando essas afirmações verdadeiras, é correto concluir que:

- a) O relatório foi concluído.
- b) O relatório não foi concluído.
- c) O relatório foi parcialmente concluído.
- d) A revisão foi realizada, mas não foi registrada.
- e) Não é possível estabelecer qualquer relação entre a conclusão do relatório e a realização da revisão.

9. Quatro servidores — Ana, Bruno, Carlos e Daniela — serão distribuídos, um em cada posição, em uma fila formada pelas posições 1, 2, 3 e 4, da esquerda para a direita.

Sabe-se que:

- Ana ocupa uma posição anterior à de Bruno;
- Carlos ocupa uma posição imediatamente posterior à de Ana;
- Daniela ocupa uma posição anterior à de Ana.

Nessas condições, a pessoa que necessariamente ocupa a posição 1 é:

- a) Ana.
- b) Bruno.
- c) Carlos.
- d) Daniela.
- e) Não é possível determinar.

10. Observe a sequência numérica:

3, 6, 12, 21, 33, 48, ...

Admitindo-se que a sequência obedeça a uma regularidade, o próximo termo é:

- a) 63.
- b) 65.
- c) 66.
- d) 68.
- e) 69.

ÉTICA PÚBLICA*Rodrigo Bet*

11. Durante a análise de propostas apresentadas em um procedimento administrativo, Rafael, servidor responsável pela emissão de parecer técnico, descobre que sua companheira passou recentemente a prestar serviços de consultoria para uma das empresas interessadas. Embora afirme que não receberá qualquer vantagem financeira decorrente do resultado do procedimento, Rafael decide prosseguir normalmente na análise, sem comunicar o fato à Administração.

À luz do Decreto nº 69.328/2025, a conduta de Rafael

- a) está adequada, pois o conflito de interesses somente se caracteriza quando o agente público obtém vantagem econômica direta.
- b) é regular, desde que Rafael mantenha em sigilo sua relação pessoal e fundamente tecnicamente o parecer emitido.
- c) somente será eticamente questionável se ficar demonstrado que Rafael efetivamente favoreceu a empresa interessada.
- d) é inadequada, pois o agente público deve prevenir conflitos de interesses e informar à autoridade competente qualquer situação que possa assim ser configurada.
- e) é permitida, uma vez que relações particulares do agente público não interferem em sua atuação funcional enquanto inexistir decisão administrativa definitiva.

12. Após ser transferida para uma unidade responsável pela análise de contratações públicas, Daniela percebe que diversos procedimentos internos foram recentemente modificados. Apesar disso, recusa-se a participar das capacitações oferecidas pelo órgão e continua utilizando modelos e orientações antigas, alegando que seus quinze anos de experiência profissional são suficientes para o desempenho das novas atribuições.

Considerando o Decreto nº 69.328/2025, a conduta de Daniela

- a) está em desacordo com o Código, pois o profissionalismo exige aperfeiçoamento contínuo e atualização quanto à legislação, aos procedimentos e aos avanços tecnológicos pertinentes à área de atuação.
- b) está adequada, desde que a experiência acumulada permita que a servidora entregue suas atividades dentro dos prazos estabelecidos.
- c) somente configurará violação ética caso a utilização dos procedimentos antigos provoque prejuízo financeiro comprovado à Administração.
- d) é admissível, pois a participação em capacitações constitui faculdade do agente público e não guarda relação com os deveres de natureza ética.
- e) é regular enquanto não houver determinação expressa da chefia obrigando a servidora a realizar curso específico de atualização.

13. A direção de determinado órgão adota um procedimento administrativo formalmente compatível com as normas vigentes. A medida, entretanto, cria exigências desnecessárias aos cidadãos, amplia consideravelmente o tempo de atendimento e dificulta o acesso ao serviço público. Questionado sobre os efeitos da decisão, o gestor afirma que, sendo o procedimento juridicamente permitido, não haveria qualquer questão ética a ser examinada.

Sob a perspectiva da ética no serviço público, a posição do gestor

- a) está correta, pois a ética administrativa se esgota no cumprimento das normas jurídicas aplicáveis à atuação estatal.
- b) somente poderá ser considerada inadequada se houver violação da consciência moral individual dos servidores responsáveis pela execução do procedimento.
- c) é insuficiente, pois a ética pública articula normas jurídicas, valores e finalidade pública, exigindo que decisões formalmente regulares também sejam orientadas para o bem comum.
- d) está correta, pois consequências sociais negativas pertencem ao campo da eficiência administrativa e não interferem na análise ética da decisão.
- e) é inadequada apenas se ficar comprovada intenção pessoal do gestor de prejudicar os usuários do serviço público.

LEGISLAÇÃO E INTEGRIDADE

Herbert Almeida

14. A respeito do exame prévio de edital previsto nas Instruções nº 1/2024, assinale a alternativa correta.

- a) o TCE-SP só pode examinar o edital depois de concluído o certame licitatório e assinado o respectivo contrato.
- b) o envio da íntegra do edital ao Tribunal é espontâneo e periódico, independentemente de solicitação.
- c) o Tribunal pode, a qualquer momento, solicitar cópia completa do edital de licitação, que deverá ser enviada, por meio eletrônico, no prazo de até 48 horas contadas do recebimento da solicitação.
- d) os editais de licitação dependem do registro prévio do Tribunal de Contas, motivo pelo qual devem ser remetidos de ofício, via sistema eletrônico, com antecedência mínima de 48 horas da data de publicação do edital nos meios oficiais.
- e) o edital não precisa indicar a origem dos recursos que custearão a contratação, ainda que os recursos sejam exclusivamente federais.

15. Jorge jurisdicionado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e deseja impugnar decisão da Corte, alegando que houve contradição nos argumentos levantados na decisão. Nesse caso, o instrumento de recurso cabível será:

- a) recurso ordinário;
- b) pedido de reconsideração;
- c) agravo;
- d) embargos de declaração; e
- e) pedido de reexame.

16. Maria é cidadã, residindo no estado de São Paulo, agindo ativamente na realização de tarefas sociais. Certo dia, tomou conhecimento dos desvios de recursos estaduais, que deveriam ser direcionados para tarefas assistenciais, em programas de promoção da saúde e da educação da população de baixa renda. Irresignada, Maria realizou denúncia ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A denúncia poderia ser formulada por parlamentar, partido político ou associação, mas o cidadão individualmente não goza dessa prerrogativa.
- b) O requerimento da denúncia deverá constar com o nome legível, qualificação e o endereço de Maria, que deverá ainda provar a sua cidadania, mediante apresentação do título eleitoral ou de documento que a ele corresponda.
- c) Ao relator caberá determinar a instrução da denúncia, em caráter público até que seja comprovada a procedência. A partir daí, a denúncia deverá tramitar em caráter sigiloso, até o término do direito de defesa.
- d) A denúncia será formulada mediante requerimento, dispensando-se a apresentação de elementos documentais e indícios de veracidade dos fatos alegados, uma vez que os fatos deverão ser apurados e o processo instruído mediante atuação da Corte de Contas.
- e) Reconhecida a existência de dolo ou má-fé do denunciante, o processo será remetido ao denunciado para as medidas legais cabíveis.

17. Sobre os direitos e garantias dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é correto afirmar que:

- a) o Conselheiro terá as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos Juízes de Direito de primeira instância do Estado.
- b) não poderá exercer, concomitantemente, o cargo de Conselheiro, substituto de Conselheiro ou integrar a lista de substitutos de Conselheiro, parente consanguíneo ou afim, na linha

ascendente ou descendente e na linha colateral, até o terceiro grau.

- c) os Conselheiros gozarão de férias anuais por trinta dias, vedado o parcelamento.
- d) não poderão estar em férias, ao mesmo tempo, o Presidente e o Vice-Presidente, nem mais de quatro Conselheiros, sendo no máximo dois por Câmara, ressalvados os casos excepcionais apreciados pelo Tribunal Pleno.
- e) as férias dos Conselheiros serão concedidas pelo Vice-Presidente, independentemente de referendo do Tribunal Pleno.

18. A Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, recebeu denúncia sobre a realização de despesas supostamente não autorizadas na lei orçamentária anual. Após solicitar pronunciamento da autoridade responsável, a Comissão não ficou satisfeita, situação em que pediu pronunciamento do TCU sobre a matéria.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) Por se tratar de controle político, não compete ao TCU pronunciar-se sobre o tema.
- b) Cabe ao TCU solicitar pronunciamento da Comissão Mista Permanente, caso em que o Tribunal poderá propor diretamente que o Congresso Nacional promova a sustação da despesa, uma vez que se trata de contrato administrativo.
- c) Caso o TCU entenda que a despesa é irregular, a Comissão Mista Permanente poderá realizar a sua sustação, desde que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.
- d) O TCU deverá emitir pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
- e) Entendendo irregular a despesa, o TCU determinará a sua sustação, comunicando o fato à Comissão Mista Permanente.

19. Sobre os deveres, as proibições e as responsabilidades do funcionário público civil do Estado de São Paulo, previstos na Lei nº 10.261/1968, assinale a alternativa correta.

- a) É proibido ao funcionário constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, sem nenhuma exceção.
- b) O dever de representar aos superiores sobre as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício das funções é considerado cumprido quando o funcionário apresenta denúncia diretamente à unidade de ouvidoria do órgão ou entidade a que esteja vinculado.
- c) Quando o prejuízo à Fazenda Estadual decorre de alcance ou desfalque, a indenização pode ser descontada do vencimento ou da remuneração, desde que o desconto não passe da décima parte do valor destes.
- d) A proibição de participar da gerência ou administração de sociedades comerciais que mantenham relações com o Governo do Estado também alcança a direção de cooperativas e de associações de classe.
- e) O servidor demitido e depois absolvido pela Justiça será reintegrado, com todos os direitos e vantagens, bastando comprovar o trânsito em julgado da absolvição, qualquer que seja o fundamento dela.

20. Considerando as disposições da Lei nº 12.813/2013, que trata do conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal, assinale a alternativa correta.

- a) Após deixar o cargo, o agente público fica impedido por 12 meses de aceitar cargo de administrador ou conselheiro em pessoa jurídica que atue em área relacionada à competência do cargo que ocupava, salvo autorização expressa da Comissão de Ética Pública ou da Controladoria-Geral da União.
- b) Depois do exercício do cargo, divulgar ou usar informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas só configura conflito de interesses durante o período de impedimento.
- c) As situações de conflito de interesses durante o exercício do cargo ou emprego não se aplicam ao agente público que esteja em gozo de licença ou em período de afastamento.
- d) Configura conflito de interesses, no exercício do cargo, praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe parente colateral do agente público até o terceiro grau, quando essa pessoa jurídica possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão.
- e) Compete à Advocacia-Geral da União autorizar o ocupante de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal a exercer atividade privada, quando verificada a inexistência de conflito de interesses ou sua irrelevância.

COMPONENTE ESPECÍFICO**CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO***Gilmar Possati*

21. De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (NBC TSP Estrutura Conceitual), assinale a alternativa correta a respeito das características qualitativas da informação contábil.

- a) A relevância é a característica da informação capaz de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, o que ocorre quando ela tem valor confirmatório, valor preditivo ou ambos.
- b) A tempestividade é a característica da informação que é completa, neutra e livre de erro material.
- c) A verificabilidade é a característica da informação que permite aos usuários compreender o seu significado, sendo apresentada de modo claro e conciso.
- d) A comparabilidade é a qualidade que assegura que a informação represente fielmente os fenômenos econômicos e outros que ela se propõe a representar.
- e) A materialidade é uma das características qualitativas da informação contábil, ao lado da relevância e da representação fidedigna.

22. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, no que se refere aos créditos adicionais, é correto afirmar que

- a) os créditos especiais são os destinados a reforço de dotação orçamentária insuficiente.
- b) os créditos extraordinários dependem de prévia autorização legislativa e de indicação dos recursos correspondentes para a sua abertura.
- c) os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo.

d) os créditos especiais e extraordinários terão vigência restrita ao exercício financeiro em que forem autorizados, vedada a sua reabertura no exercício seguinte.

e) o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício corrente constitui recurso disponível para a abertura de créditos suplementares no mesmo exercício.

23. Determinado município recebeu da União, em 2026, transferência voluntária de R\$ 2.000.000, mediante termo que obriga a aplicação integral dos recursos na construção de uma creche no prazo de 24 meses e prevê a devolução dos valores à União caso a obra não seja executada. De acordo com a NBC TSP 01, no momento do recebimento dos recursos, o município deve

- a) reconhecer o ativo (caixa) e a variação patrimonial aumentativa pelo valor integral, pois a transferência é transação sem contraprestação e o controle do recurso foi obtido.
- b) reconhecer o ativo (caixa) e um passivo de igual valor, pela obrigação presente decorrente da condição, e reconhecer a variação patrimonial aumentativa à medida que a condição for satisfeita.
- c) abster-se de reconhecer o ativo até a conclusão da obra, registrando a transferência apenas em contas de controle.
- d) reconhecer o ativo (caixa) e a variação patrimonial aumentativa pelo valor integral, porque a exigência de aplicação na creche é mera restrição, sem efeito patrimonial.
- e) aplicar a NBC TSP 02, reconhecendo a receita pelo estágio de execução da obra, por se tratar de transação com contraprestação.

24. A Secretaria de Saúde de determinado município mantém estoque de medicamentos adquirido por R\$ 500.000, destinado à distribuição gratuita à população. Na data das demonstrações contábeis, o custo corrente de reposição desses medicamentos era de R\$ 420.000. De acordo com a NBC TSP 04, o estoque deve ser mensurado em

- a) R\$ 500.000, pelo custo, uma vez que não existe valor realizável líquido para bens distribuídos gratuitamente.
- b) R\$ 420.000, pelo menor valor entre o custo e o custo corrente de reposição.
- c) R\$ 500.000, porque estoques mantidos para distribuição gratuita são mensurados sempre pelo custo histórico, sem redução.
- d) R\$ 420.000, pelo valor realizável líquido, apurado como preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.
- e) R\$ 460.000, pela média aritmética entre o custo de aquisição e o custo corrente de reposição.

25. Um prédio escolar de determinado estado foi adquirido por R\$ 1.000.000, com vida útil estimada de 20 anos, sem valor residual, depreciado pelo método das quotas constantes. Após oito anos de uso, danos estruturais reduziram seu potencial de serviços, e a entidade realizou o teste de redução ao valor recuperável pela abordagem do custo de reposição depreciado. O custo de reposição de um prédio novo com potencial de serviços equivalente foi estimado em R\$ 900.000. Considerando as disposições da NBC TSP 09, a perda por redução ao valor recuperável a ser reconhecida é de

- a) R\$ 60.000.
- b) R\$ 100.000.
- c) R\$ 300.000.
- d) R\$ 360.000.
- e) R\$ 0, pois o custo de reposição é superior ao valor contábil do ativo.

26. O Município Audazes dos Pampas apresentou, ao final do exercício de 2026, os seguintes dados (valores em R\$ mil):

Variações patrimoniais aumentativas: impostos, taxas e contribuições	5.000
Variações patrimoniais aumentativas: transferências e delegações recebidas	2.500
Outras variações patrimoniais aumentativas	500
Variações patrimoniais diminutivas: pessoal e encargos	4.000
Variações patrimoniais diminutivas: uso de bens, serviços e consumo de capital fixo (inclui depreciação de 300)	1.800
Variações patrimoniais diminutivas: transferências e delegações concedidas	1.600
Receita orçamentária arrecadada	7.800
Despesa orçamentária empenhada	8.100

Com base nesses dados, o resultado patrimonial do exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, e o resultado da execução orçamentária, apurado no Balanço Orçamentário, foram, respectivamente,

- a) superávit patrimonial de R\$ 600 mil e déficit orçamentário de R\$ 300 mil.
- b) déficit patrimonial de R\$ 300 mil e superávit orçamentário de R\$ 600 mil.
- c) superávit patrimonial de R\$ 300 mil e superávit orçamentário de R\$ 600 mil.
- d) superávit patrimonial de R\$ 900 mil e déficit orçamentário de R\$ 300 mil.
- e) superávit patrimonial de R\$ 600 mil e superávit orçamentário de R\$ 300 mil.

27. A respeito da estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa correta.

- a) As contas das classes 5 e 6 registram os atos potenciais e os controles específicos da entidade, como garantias recebidas e contratos de serviços a executar.
- b) A classe 3 (variações patrimoniais diminutivas) possui natureza credora, e a classe 4 (variações patrimoniais aumentativas), natureza devedora.
- c) O PCASP é de adoção obrigatória por todos os entes da Federação até o quinto nível de desdobramento das contas (subtítulo), sendo facultado a cada ente o detalhamento a partir do sexto nível, conforme suas necessidades.
- d) O empenho da despesa é registrado exclusivamente em contas de natureza patrimonial, uma vez que representa obrigação presente da entidade perante o credor.
- e) A previsão inicial da receita orçamentária é registrada a débito de Receita Realizada e a crédito de Receita a Realizar.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravvella

28. Em determinada região, empresas privadas deixaram de demonstrar interesse econômico na implantação de infraestrutura de saneamento básico em municípios de baixa densidade populacional, uma vez que os elevados custos de instalação, associados à reduzida perspectiva de retorno financeiro, tornavam pouco atrativa a prestação do serviço pelo mercado. Diante dessa situação, o Estado decidiu ampliar os investimentos públicos destinados à implantação da infraestrutura necessária, buscando assegurar a oferta do serviço à população.

Considerando as funções econômicas clássicas desempenhadas pelo Estado por intermédio do

orçamento público, a atuação descrita corresponde predominantemente à função

- a) distributiva, pois objetiva corrigir a desigualdade na distribuição pessoal da renda mediante tributação progressiva e transferências governamentais.
- b) estabilizadora, pois a intervenção estatal na oferta de bens e serviços tem como objetivo imediato assegurar níveis adequados de emprego, estabilidade de preços e crescimento econômico.
- c) incremental, pois a decisão de ampliar o investimento público pressupõe a utilização das dotações do exercício anterior como base para a programação das despesas futuras.
- d) participativa, pois a intervenção estatal em atividades não suficientemente atendidas pelo mercado constitui mecanismo de participação direta do Estado no processo de elaboração orçamentária.
- e) alocativa, pois a intervenção pública busca promover uma alocação mais eficiente de recursos diante da insuficiência da oferta privada e da existência de falha no funcionamento do mercado.

29. Durante a revisão de sua metodologia de elaboração orçamentária, determinado órgão público passou a exigir que as unidades administrativas, além de indicarem os recursos necessários à execução de suas atividades, apresentassem informações sobre o volume de serviços a ser produzido e os resultados obtidos. A Administração pretende, com isso, avaliar a eficiência da atuação governamental, deslocando a ênfase do simples controle dos objetos de gasto para aquilo que é realizado com os recursos públicos em termos de eficácia.

Considerando as técnicas e os modelos de orçamento público, a sistemática descrita corresponde predominantemente ao

- a) orçamento clássico ou tradicional.
- b) orçamento base zero.
- c) orçamento participativo.
- d) orçamento incremental.
- e) orçamento de desempenho.

30. Durante a elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual de determinado município, a equipe técnica da Secretaria de Finanças apresentou duas orientações ao Prefeito:

- I. a proposta deverá abranger as receitas e despesas orçamentárias dos Poderes municipais, bem como dos órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; e
- II. não deverá ser inserida na LOA norma disciplinando matéria administrativa sem relação com a previsão da receita ou com a fixação da despesa, ressalvadas as exceções constitucionalmente admitidas.

Considerando os princípios orçamentários previstos na Constituição Federal e na Lei nº 4.320/1964, as orientações I e II decorrem, respectivamente, dos princípios da

- a) unidade e especificação.
- b) universalidade e exclusividade.
- c) totalidade e universalidade.
- d) orçamento bruto e exclusividade.
- e) universalidade e unidade.

31. Durante a preparação dos instrumentos de planejamento e orçamento para o exercício seguinte, a equipe técnica de determinado ente federativo discutiu as funções atribuídas constitucionalmente ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Considerando a disciplina estabelecida pelo art. 165 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O Plano Plurianual tem por função estabelecer, para cada exercício financeiro, as metas e prioridades da Administração Pública, bem como as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e poderá promover diretamente alterações na legislação tributária necessárias à realização das receitas estimadas.
- c) A Lei Orçamentária Anual constitui instrumento integrado de planejamento de médio prazo, cabendo-lhe estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e para os programas de duração continuada.
- d) A Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- e) O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual possuem iniciativa legislativa compartilhada entre os Poderes Executivo e Legislativo, cabendo ao Legislativo apresentar diretamente os respectivos projetos quando identificar omissão do Poder Executivo.

32. Ao final de determinado quadrimestre, a área de controle interno de um município que possui Tribunal de Contas do Município apurou Receita Corrente Líquida (RCL) de R\$ 280.000.000,00. Na elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, surgiu dúvida quanto ao limite máximo da despesa total com pessoal aplicável ao Poder Legislativo municipal e quanto ao tratamento conferido pela Lei de Responsabilidade Fiscal ao respectivo Tribunal de Contas.

Considerando exclusivamente os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que a despesa total com pessoal

- a) do Poder Legislativo poderá atingir R\$ 16.800.000,00, limite que compreende a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas do Município.
- b) da Câmara Municipal poderá atingir R\$ 16.800.000,00, devendo as despesas do Tribunal de Contas do Município ser computadas no limite de 54% atribuído ao Poder Executivo.
- c) do Poder Legislativo poderá atingir R\$ 14.000.000,00, incluídas nesse montante as despesas da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município.
- d) do Poder Legislativo poderá atingir R\$ 28.000.000,00, pois o limite de 6% aplica-se separadamente à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Município.
- e) da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município, considerados conjuntamente, poderá atingir R\$ 151.200.000,00, correspondente ao limite de 54% da Receita Corrente Líquida.

33. Após fortes oscilações no mercado, determinada sociedade empresária privada responsável por atividade considerada relevante para a economia regional passou a enfrentar dificuldades financeiras. Com o objetivo de preservar empregos e evitar a interrupção de suas atividades, o Poder Executivo estadual pretende conceder auxílio financeiro destinado à cobertura parcial do déficit operacional da empresa.

Durante a análise jurídica da medida, discutiu-se a possibilidade de o benefício ser concedido mediante ato administrativo do Chefe do Executivo, uma vez que existem dotações genéricas no orçamento estadual destinadas ao desenvolvimento econômico.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 acerca da destinação de recursos públicos ao setor privado, assinale a alternativa correta.

- a) A existência de interesse econômico e social relevante permite a transferência mediante ato do Poder Executivo, desde que haja disponibilidade financeira suficiente, dispensadas autorização legislativa específica e previsão orçamentária individualizada.
- b) A transferência somente poderá ocorrer mediante autorização em lei específica e previsão na lei orçamentária anual, sendo dispensada sua submissão às condições estabelecidas na LDO quando destinada à preservação de empregos.
- c) As exigências previstas na LRF para cobertura de déficits de pessoas jurídicas privadas não alcançam a concessão de empréstimos e financiamentos, pois essas operações possuem natureza creditícia e estão submetidas exclusivamente às normas relativas às operações de crédito.
- d) A destinação dos recursos exige autorização por lei específica, atendimento às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e previsão no orçamento ou em seus créditos adicionais, aplicando-se essa disciplina, inclusive, às hipóteses abrangidas pela LRF de concessão de subvenções, empréstimos e financiamentos.
- e) A existência de dotação na lei orçamentária anual constitui autorização legislativa suficiente para a transferência, desde que o benefício seja destinado a pessoa jurídica e tenha por finalidade a continuidade de atividade econômica considerada de interesse público.

34. No último ano de mandato, o prefeito de determinado município paulista verificou, ao final de abril, que havia disponibilidade financeira suficiente para honrar as obrigações já assumidas. Em setembro, contudo, autorizou novas despesas para aquisição de equipamentos e contratação de serviços, parte das quais somente poderia ser paga no exercício seguinte. A equipe financeira alertou que, consideradas as obrigações já compromissadas até o encerramento do exercício, não haveria disponibilidade de caixa suficiente para suportar integralmente as parcelas transferidas para o exercício subsequente.

À luz da Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que

- a) a contratação é admitida, pois a vedação relativa aos Restos a Pagar incide exclusivamente sobre obrigações assumidas no último quadrimestre do mandato.
- b) a contratação é admitida, desde que as despesas tenham sido regularmente empenhadas, pois o empenho assegura o crédito orçamentário necessário e afasta a exigência de disponibilidade financeira.
- c) a contratação é vedada apenas quanto às despesas correntes, pois despesas de capital podem ser transferidas ao exercício seguinte independentemente da existência de disponibilidade de caixa.
- d) a contratação somente seria admitida se as despesas fossem integralmente liquidadas até 31 de dezembro, ainda que inexistisse disponibilidade financeira para o pagamento das parcelas no exercício seguinte.
- e) a contratação, nas circunstâncias apresentadas, afronta a LRF, pois, nos últimos dois quadrimestres do mandato, é vedado ao titular de Poder ou órgão contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.

35. Em dezembro de 2026, a unidade de contabilidade de uma autarquia estadual iniciou os procedimentos de encerramento do exercício financeiro. Entre as despesas pendentes, foram identificadas obrigações regularmente empenhadas durante o ano, algumas já liquidadas e outras ainda não liquidadas. Identificou-se, ainda, empenho não liquidado emitido à conta de crédito cuja vigência alcança exercícios subsequentes.

Diante da necessidade de definir o tratamento orçamentário dessas despesas no encerramento do exercício, o responsável pela contabilidade solicitou manifestação da unidade de controle interno.

Considerando exclusivamente as disposições da Lei nº 4.320/1964, o controle interno deverá informar, corretamente, que

- a) todas as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro devem ser canceladas, salvo aquelas já liquidadas, que poderão ser inscritas em Restos a Pagar.
- b) pertencem ao exercício financeiro somente as despesas nele liquidadas, razão pela qual os empenhos não liquidados deverão ser apropriados ao orçamento do exercício seguinte.
- c) as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro constituem Restos a Pagar, distinguindo-se as processadas das não processadas, ressaltando-se que os empenhos à conta de créditos com vigência plurianual, se não liquidados, somente serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.
- d) os empenhos não liquidados relativos a créditos com vigência plurianual deverão ser inscritos como Restos a Pagar ao término de cada exercício, independentemente do prazo de vigência do respectivo crédito.
- e) somente as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas podem ser inscritas em Restos a Pagar, pois as despesas ainda não liquidadas não constituem obrigações orçamentárias transferíveis para o exercício seguinte.

CONTABILIDADE GERAL*Marcondes Fortaleza*

36. Levando em consideração as disposições do CPC 00 – ESTRUTURA CONCEITUAL, marque a assertiva que traz apenas características qualitativas da informação:

- a) Tempestividade, Materialidade, Representação Fidedigna e Verificabilidade.
- b) Compreensibilidade, Comparabilidade, Consistência e Prudência.
- c) Relevância, Capacidade de Verificação, Comparabilidade e Tempestividade.
- d) Competência, Oportunidade, Continuidade e Prudência.
- e) Relevância, representação Fidedigna, Comparabilidade e Continuidade.

37. Considere os dados a seguir, referentes à demonstração dos fluxos de caixa de uma empresa comercial.

- Alienação de imobilizado R\$ 500.000
- Amortização de empréstimos concedidos R\$ 150.000
- Aquisição de ativo intangível R\$ 800.000
- Caixa e equivalentes de caixa inicial R\$ 120.000
- Concessão de empréstimos R\$ 50.000
- Despesa de salários R\$ 60.000
- Obtenção de empréstimos R\$ 70.000

No período, quanto totalizou a variação de caixa e equivalentes de caixa, em reais?

- a) R\$ 190.000,00
- b) R\$ 310.000,00
- c) R\$ 550.000,00
- d) R\$ 430.000,00
- e) R\$ 490.000,00

38. A empresa MAVIFOR S/A adquiriu equipamentos para uso no valor de R\$ 100.000,00, pagando 40% à vista e o restante financiado em 6 parcelas iguais. O lançamento contábil implicará

- a) aumento do ativo da empresa no valor de R\$ 100.000,00.
- b) débito na conta caixa no valor de R\$ 40.000,00.
- c) aumento do passivo da empresa no valor de R\$ 100.000,00.
- d) aumento no ativo circulante no valor de R\$ 60.000,00.
- e) crédito no passivo circulante de R\$ 60.000,00.

39. Em 01/11/2026, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de dois anos, no valor de R\$ 36.000, com início de utilização imediata.

Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2026.

- a) Ativo Circulante: R\$ 18.000 / Ativo não Circulante: R\$ 18.000.
- b) Ativo Circulante: R\$ 16.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- c) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- d) Ativo Circulante: R\$ 18.000 / Ativo não Circulante: R\$ 15.000.
- e) Ativo Circulante: R\$ 33.000 / Ativo não Circulante: 0.

40. Com base no balanço abaixo apresentado, qual foi o índice de liquidez seca em 2024, aproximadamente?

	2024	2023		2024	2023
Caixa	10.000	12.000	Fornecedores	250.000	300.000
Bancos	135.000	232.000	Salários a pagar	125.000	56.000
Aplicações financeiras	698.300	123.000	Impostos a pagar	12.000	36.000
Contas a receber, líquidas	400.000	200.000	Provisões para contingências	450.000	0
Estoques	100.000	35.000			
Investimentos em títulos públicos – não circulante	120.000	0			
Propriedades para investimentos	300.000	300.000	Patrimônio líquido	2.000.000	2.000.000
Imobilizado, líquido	450.000	425.000	Reservas de capital	120.000	120.000
Intangível, líquido	1.200.000	1.185.000	Reservas de lucros	456.300	0
	3.413.300	2.512.000		3.413.300	2.512.000

- a) 1,45
- b) 1,60
- c) 1,49
- d) 2,00
- e) 2,27:

CONTABILIDADE GERENCIAL

Silvio Sande

41. Uma empresa industrial apresentou os seguintes dados unitários para o seu principal produto: Preço de Venda = R\$ 150,00; Custos e Despesas Variáveis = R\$ 60,00; Custos Fixos Totais = R\$ 180.000,00 mensais. Qual é a margem de contribuição unitária e o ponto de equilíbrio contábil em unidades, respectivamente?

- a) R\$ 90,00 e 2.000 unidades.
- b) R\$ 60,00 e 3.000 unidades.
- c) R\$ 90,00 e 3.000 unidades.
- d) R\$ 150,00 e 1.200 unidades.
- e) R\$ 110,00 e 1.636 unidades.

42. Uma empresa opera com um faturamento atual de R\$ 500.000,00. Seu ponto de equilíbrio contábil monetário (receita de equilíbrio) é de R\$ 400.000,00. Assinale a alternativa que apresenta a margem de segurança percentual dessa empresa.

- a) 10%
- b) 20%
- c) 25%
- d) 50%
- e) 80%

43. O Custeio Baseado em Atividades (Activity-Based Costing - ABC) busca minimizar as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos Custos Indiretos de Fabricação (CIF). O princípio fundamental desse método baseia-se na premissa de que:

- a) Os produtos consomem recursos diretamente, sem a necessidade de intermediários operacionais.
- b) Os custos fixos devem ser alocados com base nas horas de mão de obra direta de forma obrigatória.
- c) As atividades consomem recursos e os produtos consomem as atividades.
- d) Os custos variáveis independem do volume de atividades executadas na fábrica.
- e) O volume de produção é o único direcionador de custos relevante para a empresa.

44. Em uma análise de Custo/Volume/Lucro (CVL), o grau de alavancagem operacional (GAO) mede a sensibilidade do lucro operacional frente a variações no volume de vendas. Uma empresa que apresenta um elevado grau de alavancagem operacional possui, em sua estrutura de custos:

- a) Maior proporção de custos variáveis em relação aos custos fixos.
- b) Predominância absoluta de custos e despesas semifixos.
- c) Maior proporção de custos fixos em relação aos custos variáveis.
- d) Ausência total de margem de contribuição unitária.
- e) Ponto de equilíbrio igual a zero independentemente das vendas.

45. Uma indústria moveleira estabeleceu os seguintes padrões para a fabricação de uma cadeira de escritório:

- Consumo Padrão de Matéria-Prima: 4 kg por unidade.
- Preço Padrão da Matéria-Prima: R\$ 15,00 por kg.

No mês de outubro, a empresa produziu exatamente 1.000 cadeiras. Para essa produção, o relatório de custos apontou que foram utilizados 4.200 kg de matéria-prima, adquiridos ao custo total de R\$ 58.800,00.

Considerando apenas as informações apresentadas e que a empresa trabalha apenas com duas variações, a variação de preço da matéria-prima e a variação de quantidade (consumo) foram, respectivamente:

- a) R\$ 4.200,00 Favorável; R\$ 3.000,00 Desfavorável.
- b) R\$ 4.200,00 Desfavorável; R\$ 3.000,00 Favorável.
- c) R\$ 4.200,00 Favorável; R\$ 3.000,00 Desfavorável.
- d) R\$ 3.000,00 Desfavorável; R\$ 4.200,00 Favorável.
- e) R\$ 3.000,00 Favorável; R\$ 3.000,00 Desfavorável.

LEGISLAÇÃO

Herbert Almeida

46. Sobre as modalidades de licitação e as hipóteses de inexigibilidade previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) Além das modalidades previstas na Lei, a Administração pode combinar pregão e concorrência em um mesmo certame, desde que o faça de forma motivada.
- b) A concorrência será adotada sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- c) É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de publicidade e divulgação com empresa de notória especialização.
- d) Na aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, a contratação por inexigibilidade exige, entre outros requisitos, a certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto.
- e) É inexigível a licitação para a contratação de profissional do setor artístico por meio de empresário com representação restrita ao evento específico, desde que o artista seja consagrado pela opinião pública.

47. A respeito do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, disciplinado na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), assinale a alternativa correta.

- a) É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto, entre outras hipóteses, em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado.
- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público.
- c) As pessoas jurídicas de direito público estão dispensadas de indicar encarregado, uma vez que o tratamento de dados que realizam decorre do exercício de competências legais.
- d) Os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares.
- e) Os contratos e convênios que respaldam a transferência de dados pessoais do Poder Público a entidades privadas dispensam comunicação à autoridade nacional, por já estarem sujeitos ao controle externo.

48. Ao apreciar a prestação de contas de determinado gestor, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo identificou apenas falhas de natureza formal, das quais não resultou dano ao erário. Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, assinale a alternativa correta.

- a) As contas deverão ser julgadas regulares com ressalva, ainda que das impropriedades formais resulte dano ao erário.
- b) Se as contas fossem julgadas regulares, o Tribunal daria quitação ao responsável, condicionada à adoção das medidas de correção determinadas.

c) As contas serão julgadas regulares com ressalva, hipótese em que o Tribunal dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas.

d) Caso as contas fossem julgadas irregulares sem a existência de débito, o Tribunal não poderia aplicar multa ao responsável, limitando-se a expedir determinações.

e) Se, por caso fortuito ou força maior, o julgamento de mérito se tornasse materialmente impossível, as contas seriam consideradas iliquidáveis, podendo o processo ser reaberto, à vista de novos elementos, no prazo de 10 (dez) anos.

49. Sobre a composição e o funcionamento das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de acordo com o seu Regimento Interno, assinale a alternativa correta.

- a) Cada Câmara compor-se-á de 5 (cinco) membros, excluído o seu Presidente.
- b) Na hipótese de impedimento temporário de todos os integrantes de uma mesma Câmara, o Tribunal Pleno, por proposta do Presidente, poderá alterar a sua composição, mediante transferência provisória de Conselheiro titular de outra Câmara, a ser efetivada por permuta.
- c) O Presidente do Tribunal exercerá a Presidência da Câmara à qual pertencer, sendo Presidente da outra Câmara o Vice-Presidente.
- d) Em caso de ausência temporária do Presidente da Câmara, assumirá a presidência dos trabalhos o Vice-Presidente do Tribunal.
- e) A divisão do Tribunal em Câmaras é obrigatória, sendo vedado ao Tribunal fazer cessar o seu funcionamento em Câmaras ou alterar a competência das existentes.

50. De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social.

Além disso, sobre o papel dos Tribunais de Contas no controle das contratações públicas, nos termos da Lei 14.133/2021, pode-se afirmar que:

- a) as linhas de defesa são formadas pelos agentes públicos e órgãos da administração promotora da licitação, como os agentes de licitação, órgãos de assessoramento jurídico e sistema de controle interno, mas não pelo Tribunal de Contas, uma vez que este é órgão do sistema de controle externo.
- b) ao suspender cautelarmente o processo de licitação, o Tribunal de Contas, no prazo legal, deverá pronunciar-se sobre o modo como será garantido o atendimento do interesse público obstado pela suspensão da licitação, no caso de objetos essenciais ou de contratação por emergência.
- c) a Nova Lei de Licitações veda que o Tribunal de Contas da União emita medidas cautelares sem a prévia oitiva da autoridade competente, buscando evitar que o interesse público seja obstado pela suspensão da licitação.
- d) A decisão que examinar o mérito da medida cautelar que suspender processo de licitação deverá definir as medidas necessárias e adequadas, em face das alternativas possíveis, para o saneamento do processo licitatório, mas não poderá determinar a sua anulação.
- e) A Nova Lei de Licitações expressamente faculta ao gestor público descumprir a medida cautelar do Tribunal de Contas, de forma fundamentada, como meio para assegurar o cumprimento do interesse público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

51. Em processo de fiscalização, determinado Tribunal de Contas firmou nova interpretação a respeito da forma de cálculo de vantagem paga a servidores de autarquia estadual, divergente da orientação geral que prevalecia à época em que os atos de concessão foram editados.

Considerando as disposições dos arts. 20 a 30 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB), incluídas pela Lei nº 13.655/2018, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão que estabelecer interpretação ou orientação nova poderá ser aplicada retroativamente, desde que a autoridade indique de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.
- b) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas sempre que demonstrada culpa em sentido estrito, em qualquer nível de culpabilidade.
- c) Na esfera controladora, a revisão quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
- d) O dever de indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime, e sem prejuízo aos interesses gerais, restringe-se às decisões proferidas na esfera judicial.
- e) Na interpretação de normas sobre gestão pública, a esfera controladora deverá se pautar pela imparcialidade e objetividade, desconsiderando circunstâncias concretas, como obstáculos e dificuldades reais do gestor.

52. A Lei estadual paulista nº 10.177/1998 previa, em seu art. 10, inciso I, prazo decadencial de 10 (dez) anos para que a Administração anulasse atos administrativos dos quais decorressem efeitos favoráveis aos destinatários.

A respeito do tema, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal e da disciplina da invalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal reputou constitucional o prazo decenal, por se inserir no âmbito da autonomia administrativa do Estado-membro.
- b) Foi declarada a inconstitucionalidade do mencionado prazo decenal, razão pela qual passou a incidir prazo decadencial de 3 (três) anos, por aplicação analógica da legislação civil.
- c) O prazo decadencial incide inclusive nas hipóteses de comprovada má-fé do beneficiário, dada a natureza peremptória da decadência.
- d) Transcorrido o prazo decadencial, todo ato viciado convalida-se tácita e automaticamente, com eficácia retroativa, por decisão vinculada da Administração.
- e) O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do prazo decenal, por violação à isonomia, passando a incidir o prazo de 5 (cinco) anos, parâmetro geral consolidado nas relações entre o Poder Público e o particular

53. Suponha que determinada lei estadual atribuiu à sociedade de economia mista, cujo capital social é majoritariamente público e que presta exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado, em regime não concorrencial, competência para fiscalizar o trânsito e aplicar as multas correspondentes.

À luz da tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 532 da repercussão geral, assinale a alternativa correta.

- a) A delegação é inconstitucional, pois o poder de polícia, por decorrer do poder de império, é

integralmente indelegável a pessoas jurídicas de direito privado.

- b) A delegação é constitucional e alcança as fases de consentimento, fiscalização e sanção do ciclo de polícia, remanescendo indelegável a ordem de polícia.
- c) A delegação é constitucional apenas quanto à fiscalização, por se tratar de atividade material, vedada a delegação da aplicação de sanções.
- d) A delegação prescinde de lei, bastando contrato de gestão ou convênio celebrado com o ente controlador.
- e) A delegação é constitucional ainda que a estatal atue em regime concorrencial, bastando que o seu capital social seja majoritariamente público

54. O Estado de São Paulo, por meio de órgão público do Poder Executivo, celebrou contrato de prestação de serviços de vigilância com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO). Após onze meses de execução contratual, a contratada deixou de adimplir suas obrigações trabalhistas perante os vigilantes terceirizados vinculados ao contrato.

De acordo com a Lei 14.133/2021 e com a jurisprudência predominante sobre o tema a respeito da responsabilidade pelos encargos trabalhistas:

- a) A Administração responde solidariamente em qualquer hipótese, por se tratar de serviço contínuo.
- b) A inadimplência do contratado não transfere à Administração a responsabilidade pelo pagamento em nenhuma circunstância.
- c) A Administração responde subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- d) O Poder Público responde solidariamente pelos encargos trabalhistas e subsidiariamente pelos previdenciários.
- e) A responsabilidade da Administração é objetiva e automática, dispensando prova de negligência

55. Servidor público estadual, no exercício de suas atribuições, causou dano a particular no exercício de suas atribuições.

Considerando o disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A pretensão reparatória, caso o particular utilize a via judicial, deve ser ajuizada contra o Estado, sendo o agente público parte ilegítima para figurar no polo passivo, assegurado o direito de regresso do poder público contra o responsável, desde que exista dolo ou culpa.
- b) O particular pode optar por ajuizar a ação diretamente contra o agente público, hipótese em que a responsabilidade deste será objetiva.
- c) Há litisconsórcio passivo facultativo entre o Estado e o agente público causador do dano.
- d) O direito de regresso do Estado contra o agente depende da comprovação de dolo.
- e) A responsabilidade do Estado por ato comissivo de seu agente é subjetiva, exigindo a prova de falha na prestação do serviço

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

56. Ao preparar a regulamentação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o Estado Alfa e o Município Beta examinaram as características constitucionais do novo imposto instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023. De acordo com o Art. 156-A da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O IBS é imposto de competência exclusiva da União, embora seu produto seja repartido com os Estados e os Municípios.
- b) Cada Estado e cada Município poderá editar legislação própria sobre fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes do IBS.
- c) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica, e o imposto será cobrado pelo

somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.

- d) O IBS incidirá sobre as exportações, admitida a devolução posterior do imposto ao exportador.
- e) Os Estados e os Municípios poderão conceder incentivos e benefícios fiscais relativos ao IBS por meio de suas leis específicas.

57. A União pretende instituir o Imposto Seletivo previsto pela Emenda Constitucional nº 132/2023. Considerando as regras do Art. 153, VIII e § 6º, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O imposto poderá ter o mesmo fato gerador e a mesma base de cálculo de outros tributos, não integrará sua própria base de cálculo e terá alíquotas fixadas em lei ordinária, específicas ou ad valorem.
- b) O imposto incidirá sobre exportações e sobre operações com energia elétrica e telecomunicações, por serem atividades de elevado impacto econômico.
- c) O imposto deverá incidir em todas as etapas de circulação do bem ou serviço, segundo técnica necessariamente cumulativa.
- d) As alíquotas somente poderão ser específicas por unidade de medida e deverão ser fixadas exclusivamente por lei complementar.
- e) Na extração, o imposto somente será cobrado se o produto for destinado ao mercado interno.

58. Helena, domiciliada no Estado de São Paulo, doou à sobrinha, domiciliada em Minas Gerais, quotas de uma sociedade empresária sediada no Paraná. À luz das alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 nas regras do ITCMD, assinale a alternativa correta.

- a) O imposto compete a Minas Gerais, por ser o Estado de domicílio da donatária.
- b) O imposto compete ao Paraná, por ser o Estado em que está sediada a sociedade cujas quotas foram doadas.
- c) A operação é de competência da União, pois envolve bem móvel representado por participação societária.
- d) O imposto compete ao Estado de São Paulo, mas a progressividade em razão do valor da doação é apenas facultativa.
- e) O imposto compete ao Estado de São Paulo e deverá ser progressivo em razão do valor da doação.

59. Em 1º de outubro de determinado ano, foi publicada lei federal que aumentou as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Considerando os princípios da anterioridade anual e nonagesimal, assinale a alternativa correta.

- a) Os três impostos somente poderão ser exigidos no exercício financeiro seguinte e depois de transcorridos noventa dias da publicação da lei.
- b) O IPI submete-se apenas à anterioridade anual, enquanto o IR se submete exclusivamente à anterioridade nonagesimal.
- c) O IOF poderá ser exigido imediatamente, mas o IPI e o IR deverão observar cumulativamente as anterioridades anual e nonagesimal.
- d) O IPI poderá ser exigido após noventa dias, ainda que no mesmo exercício; o IR deverá aguardar o exercício seguinte, sem necessidade de observar a

noventena; e o IOF poderá ser exigido imediatamente.

- e) O IR e o IOF poderão ser exigidos imediatamente, enquanto o IPI somente poderá ser cobrado no exercício financeiro seguinte, independentemente da noventena.

60. Uma autarquia estadual é proprietária de imóvel utilizado exclusivamente como sede de suas atividades administrativas essenciais. O Município em que o bem está localizado pretende cobrar IPTU e uma taxa em razão de serviço público específico e divisível colocado à disposição do imóvel. À luz da imunidade tributária recíproca, assinale a alternativa correta.

- a) A autarquia é imune tanto ao IPTU quanto à taxa, pois a imunidade recíproca alcança todas as espécies tributárias.
- b) A autarquia deve pagar os dois tributos, pois a imunidade recíproca protege apenas os entes da Administração direta.
- c) O IPTU é devido porque os Municípios podem tributar o patrimônio das autarquias estaduais localizado em seu território.
- d) O imóvel está protegido contra o IPTU por estar vinculado às finalidades essenciais da autarquia, mas a imunidade recíproca não afasta a taxa validamente instituída.
- e) A imunidade das autarquias alcança apenas renda e serviços, não abrangendo seu patrimônio imobiliário.

DIREITO FINANCEIRO*Leandro Ravyelle*

61. Durante a preparação da proposta orçamentária para 2027, determinado ente federativo instituiu processo de participação social no qual cidadãos puderam apresentar e priorizar propostas de investimentos públicos. Foram realizadas reuniões presenciais e disponibilizada plataforma eletrônica para recebimento e votação das propostas, cujos resultados subsidiariam a elaboração da programação orçamentária.

Considerando as características do Orçamento Participativo (OP) e sua inserção no sistema brasileiro de planejamento e orçamento, assinale a alternativa correta.

- a) O orçamento participativo constitui mecanismo de democracia exclusivamente representativa, pois a participação da população somente pode ocorrer por intermédio dos parlamentares eleitos.
- b) O orçamento participativo pressupõe necessariamente caráter deliberativo e vinculante, de modo que as propostas escolhidas diretamente pela população devem integrar a LOA, independentemente da análise técnica e da posterior apreciação legislativa.
- c) A utilização de plataformas digitais descaracteriza o orçamento participativo, que, por sua própria natureza, exige a realização de assembleias presenciais para manifestação válida dos cidadãos.
- d) O orçamento participativo é incompatível com sua adoção em âmbito estadual ou federal, pois a participação direta na definição de prioridades orçamentárias somente é juridicamente admitida no âmbito municipal.
- e) O orçamento participativo constitui mecanismo de participação social na definição de prioridades para a alocação de recursos públicos, podendo utilizar instrumentos presenciais ou digitais, sem afastar a observância dos instrumentos formais de planejamento e orçamento e do processo legislativo correspondente.

62. Durante a capacitação de servidores responsáveis pela elaboração da proposta orçamentária de determinado Estado, discutiu-se a aplicação dos princípios orçamentários. Um dos servidores afirmou que, embora a Constituição Federal preveja os orçamentos fiscal, de investimento das empresas estatais e da seguridade social, tais peças devem compor uma única Lei Orçamentária Anual no âmbito de cada ente federativo, permitindo uma visão integrada das finanças públicas.

A afirmação apresentada está relacionada ao princípio orçamentário da

- a) universalidade, também denominado totalidade, segundo o qual a LOA deve compreender todas as receitas e despesas, ainda que distribuídas em leis orçamentárias autônomas.
- b) unidade, também denominado totalidade, segundo o qual todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal no âmbito de cada ente federativo.
- c) universalidade, segundo o qual os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social devem ser aprovados por leis distintas, desde que consolidados posteriormente.
- d) unidade, também denominado orçamento bruto, segundo o qual todas as receitas e despesas devem constar da LOA por seus valores totais, vedadas quaisquer deduções.
- e) exclusividade, segundo o qual os três orçamentos previstos constitucionalmente devem integrar uma única LOA, sendo vedada qualquer autorização para abertura de créditos suplementares.

63. Durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de determinado Estado, a comissão legislativa competente concluiu que a estimativa de arrecadação de determinada receita tributária encaminhada pelo Poder Executivo estaria subavaliada. Para financiar novas programações incluídas por emendas parlamentares, a comissão pretende elevar a previsão dessa receita. O parecer, contudo, fundamenta a reestimativa apenas na expectativa de melhora da atividade econômica, sem demonstrar erro ou omissão de ordem técnica ou legal na proposta encaminhada pelo Executivo.

Considerando a Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que

- a) a reestimativa da receita pelo Poder Legislativo é admitida sempre que destinada a financiar novas despesas, desde que aprovada pelo mesmo quórum exigido para aprovação da lei orçamentária.
- b) o Poder Legislativo pode reestimar livremente as receitas constantes do PLOA, pois a iniciativa privativa do Poder Executivo alcança apenas a fixação das despesas públicas.
- c) a reestimativa da receita pelo Poder Legislativo somente será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, não bastando expectativa genérica de crescimento da arrecadação para criar fonte destinada à ampliação de despesas.
- d) a reestimativa da receita é vedada em qualquer hipótese, cabendo exclusivamente ao Poder Executivo modificar as previsões constantes do PLOA durante toda a sua tramitação.
- e) a comissão legislativa poderá elevar a receita estimada independentemente da existência de erro ou omissão, desde que os recursos adicionais sejam destinados exclusivamente a despesas de capital.

64. Em 2026, determinado Estado pretende contratar operação de crédito para financiar programa de modernização de sua rede pública de saúde. Os recursos obtidos serão utilizados na aquisição de equipamentos hospitalares permanentes, na realização de obras de ampliação de unidades de saúde e, parcialmente, no pagamento de serviços de manutenção dos equipamentos e de capacitação dos servidores que irão operá-los.

Durante a análise da operação, um auditor sustentou que a utilização de qualquer parcela dos recursos provenientes do endividamento em despesas correntes configuraria, por si só, violação à denominada “regra de ouro” das finanças públicas.

Considerando a disciplina estabelecida pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) A conclusão do auditor está correta, pois a regra de ouro estabelece vinculação direta entre cada operação de crédito e determinada despesa de capital, sendo constitucionalmente proibida a utilização de recursos de empréstimos em qualquer despesa corrente.
- b) A operação somente será constitucional se os recursos destinados às despesas correntes forem inferiores aos aplicados em investimentos dentro do próprio programa financiado, pois a regra de ouro é verificada individualmente para cada operação de crédito.
- c) A regra de ouro permite operações de crédito para despesas correntes apenas quando estas forem acessórias a investimento financiado pela mesma operação, como treinamento dos servidores e manutenção dos equipamentos adquiridos.
- d) A regra de ouro não estabelece, como regra geral, vinculação entre determinada operação de crédito e uma despesa específica, mas veda que, no exercício financeiro, a realização de operações de crédito exceda o montante das despesas de capital, ressalvadas as operações autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

- e) A regra de ouro determina que o total das receitas de capital seja igual ou inferior às despesas de capital, admitindo-se sua superação mediante créditos extraordinários aprovados por maioria simples do Poder Legislativo.

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS E ATIVOS

Paulo Portinho

65. Uma empresa possui capital próprio correspondente a 40% do capital total e capital de terceiros correspondente a 60%. O custo do capital próprio é de 14% ao ano, e o custo da dívida antes do imposto de renda é de 10% ao ano. Considerando alíquota de imposto de renda de 25%, o custo médio ponderado de capital (WACC) é de:

- a) 7,50% a.a.
- b) 9,00% a.a.
- c) 10,10% a.a.
- d) 11,60% a.a.
- e) 12,40% a.a.

66. Considere uma ação com beta igual a 1,5, taxa livre de risco de 4% ao ano e prêmio de risco de mercado de 8% ao ano. Segundo o CAPM, o retorno exigido para essa ação é:

- a) 8,00% a.a.
- b) 10,00% a.a.
- c) 12,00% a.a.
- d) 16,00% a.a.
- e) 20,00% a.a.

67. Uma empresa apresentou Lucro Operacional de R\$ 20 milhões, receita financeira de R\$ 5 milhões e despesa financeira de R\$ 5 milhões. Desconsiderando impostos e outros efeitos, seu grau de alavancagem financeira é:

- a) 0,25.
- b) 0,75.
- c) 1,20.
- d) 1,33.
- e) 4,00.

68. Uma empresa possui ativo total de R\$ 800.000, passivo circulante de R\$ 180.000, passivo não circulante de R\$ 220.000 e patrimônio líquido de R\$ 400.000. Os índices de participação de capitais de terceiros e de composição do endividamento são, respectivamente:

- a) 0,50 e 0,45.
- b) 0,50 e 0,40.
- c) 0,625 e 0,45.
- d) 0,625 e 0,40.
- e) 0,80 e 0,50.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

69. Um investidor aplicou R\$ 48.000,00, a juros simples, à taxa de 15% ao ano, durante 8 meses. Ao final desse prazo, resgatou o montante, utilizou R\$ 7.800,00 para quitar uma despesa e reaplicou todo o restante, também a juros simples, à taxa de 1,2% ao mês, durante 10 meses.

O total de juros obtidos pelo investidor nas duas aplicações foi de

- a) R\$ 2.400,00.
- b) R\$ 5.400,00.
- c) R\$ 10.200,00.
- d) R\$ 11.136,00.
- e) R\$ 12.888,00.

70. Para financiar a compra de equipamentos, um município recebeu duas propostas de crédito, ambas no regime de juros compostos. Na proposta P, a taxa de juros é nominal de 18% ao ano, com capitalização mensal; na proposta Q, a taxa de juros é nominal de 18,4% ao ano, com capitalização semestral.

Considerando $1,015^6 \approx 1,0934$ e $1,092^2 \approx 1,1925$, a taxa efetiva anual da proposta mais vantajosa para o município é de, aproximadamente,

- a) 9,20%.
- b) 18,00%.
- c) 18,40%.
- d) 19,25%.
- e) 19,55%.

71. Paula e Rogério abriram uma empresa de consultoria contábil, com capitais de R\$ 40.000,00 e R\$ 60.000,00, respectivamente. Três meses após a abertura, Vítor ingressou na sociedade com um capital de R\$ 80.000,00 e, um mês depois disso, Rogério retirou R\$ 20.000,00 do capital que havia investido. Não houve outras movimentações de capital no período. Encerrado o primeiro ano de funcionamento da empresa, o lucro de R\$ 88.000,00 foi dividido entre os três sócios em partes diretamente proporcionais aos capitais investidos e aos tempos em que esses capitais permaneceram na empresa.

O valor recebido por Rogério nessa divisão foi de

- a) R\$ 28.000,00.
- b) R\$ 33.000,00.
- c) R\$ 22.000,00.
- d) R\$ 32.000,00.
- e) R\$ 24.640,00.

72. Um consórcio intermunicipal contratou um financiamento de R\$ 800.000,00 para a aquisição de máquinas, à taxa de juros compostos de 5% ao trimestre, a ser amortizado pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) em 4 prestações trimestrais e consecutivas. O contrato prevê carência de 3 trimestres, durante a qual nenhum pagamento é feito e os juros são incorporados ao saldo devedor, vencendo a primeira prestação ao final do 4º trimestre após a contratação.

Considerando $1,05^3 = 1,157625$, o valor da segunda prestação será de

- a) R\$ 264.500,00.
- b) R\$ 277.830,00.
- c) R\$ 230.000,00.
- d) R\$ 254.677,50.
- e) R\$ 266.253,75.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

73. No curso de auditoria financeira realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), o auditor responsável examinou as evidências obtidas com o objetivo de fundamentar as conclusões do trabalho. Diante de uma área considerada de maior risco de distorção relevante, decidiu ampliar os procedimentos de auditoria e, simultaneamente, avaliar a relevância e a confiabilidade das informações obtidas.

Conforme as NBCs TAs, assinale a alternativa correta.

- a) A suficiência da evidência corresponde à sua qualidade e é determinada exclusivamente pela relevância das informações obtidas.
- b) A adequação da evidência corresponde à sua quantidade, sendo diretamente determinada pelo volume de procedimentos executados pelo auditor.
- c) Quanto maior o risco de distorção relevante avaliado pelo auditor, menor tende a ser a quantidade necessária de evidência, desde que esta seja proveniente dos registros contábeis.
- d) A quantidade necessária de evidência depende exclusivamente da avaliação dos riscos de distorção relevante, não sendo influenciada pela qualidade das evidências obtidas.
- e) A suficiência é a medida da quantidade da evidência de auditoria, enquanto a adequação é a medida de sua qualidade, considerada em termos de relevância e confiabilidade.

74. Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) nas demonstrações contábeis de determinada entidade pública, o auditor verificou que informações constantes dos registros contábeis divergiam de evidências obtidas mediante confirmação junto a fonte externa independente. Além disso, surgiram dúvidas quanto à confiabilidade de determinados documentos apresentados pela entidade auditada. Considerando as normas de auditoria relativas à obtenção de evidência, diante dessa situação, o auditor deve

- a) desconsiderar as evidências provenientes da fonte externa, uma vez que os registros contábeis da entidade constituem a principal fonte de evidência da auditoria.
- b) utilizar exclusivamente a evidência que considerar mais confiável, dispensando procedimentos adicionais, desde que documente a justificativa nos papéis de trabalho.
- c) interromper os trabalhos de auditoria e emitir opinião modificada, pois a existência de evidências inconsistentes impede, por si só, a obtenção de segurança razoável.
- d) determinar quais modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar a inconsistência ou a dúvida quanto à confiabilidade e considerar os possíveis efeitos do assunto sobre outros aspectos da auditoria.
- e) solicitar manifestação formal da administração da entidade e, após sua obtenção, considerar solucionada a inconsistência entre as evidências, independentemente da realização de outros procedimentos.

75. No âmbito das atividades de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), uma equipe de auditoria deparou-se com três situações:

I. verificação das demonstrações financeiras de determinada entidade, com o objetivo de obter evidência suficiente e apropriada para fundamentar uma opinião acerca da existência de distorções relevantes;

II. avaliação de programa governamental, considerando os princípios da economicidade, eficiência e efetividade, com identificação das causas de eventuais desvios e proposição de recomendações para aperfeiçoamento;

III. exame de determinadas transações e atividades de órgão público para verificar sua aderência às leis, regulamentos, resoluções orçamentárias e demais normas aplicáveis.

De acordo com os tipos de auditoria do setor público, as situações I, II e III correspondem, respectivamente, às auditorias

- a) de conformidade, financeira e operacional.
- b) financeira, de conformidade e operacional.
- c) operacional, financeira e de conformidade.
- d) financeira, operacional e de conformidade.
- e) de conformidade, operacional e financeira.

76. No curso de auditoria financeira realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) sobre as demonstrações contábeis de uma entidade jurisdicionada, a equipe de fiscalização deparou-se com três situações distintas:

- I. A entidade adotou tratamento contábil em desacordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. A equipe obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente e concluiu que as distorções existentes são relevantes e generalizadas nas demonstrações contábeis.
- II. Em determinada área, os responsáveis pela entidade impediram o acesso da equipe de auditoria a documentos e registros indispensáveis à execução dos trabalhos. Não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente mediante procedimentos alternativos, e concluiu-se que os possíveis efeitos das distorções não detectadas poderiam ser relevantes e generalizados.
- III. Em circunstâncias extremamente raras, a entidade encontra-se sujeita a diversas incertezas. Embora tenham sido obtidas evidências de auditoria apropriadas e suficientes a respeito de cada uma delas individualmente, a equipe concluiu que não é possível formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis em razão da possível interação entre essas incertezas e de seu possível efeito cumulativo.

Considerando as normas de auditoria aplicáveis à formação e à modificação da opinião sobre demonstrações contábeis, as situações I, II e III conduzem, respectivamente, à emissão de:

- a) opinião adversa, abstenção de opinião e abstenção de opinião.
- b) opinião com ressalva, abstenção de opinião e opinião adversa.
- c) opinião adversa, opinião com ressalva e opinião adversa.
- d) abstenção de opinião, opinião adversa e abstenção de opinião.

e) opinião adversa, abstenção de opinião e opinião com ressalva.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravyelle*

77. No decorrer do exercício financeiro, chuvas intensas provocaram deslizamentos em determinado município, exigindo a ampliação imediata das ações de acolhimento temporário das famílias atingidas. A Lei Orçamentária Anual já contém dotação destinada à contratação de serviços de hospedagem e fornecimento de alimentação emergencial, no valor de R\$ 2 milhões. Após a ocorrência do desastre, a Secretaria Municipal de Assistência Social estimou que seriam necessários mais R\$ 3 milhões para atender integralmente à demanda.

Ao analisar a providência orçamentária adequada, a Secretaria Municipal de Finanças constatou a existência de excesso de arrecadação que poderia suportar o reforço pretendido.

Considerando a Constituição Federal e a Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que

- a) deverá ser aberto crédito especial, pois a ocorrência de calamidade pública altera a finalidade originalmente contemplada pela dotação orçamentária, ainda que a programação já exista na LOA.
- b) poderá ser aberto crédito suplementar para reforçar a dotação já existente, desde que haja prévia autorização legislativa e indicação dos recursos disponíveis, podendo o excesso de arrecadação constituir fonte para sua abertura.
- c) deverá ser aberto crédito extraordinário, pois toda despesa decorrente de calamidade pública deve necessariamente ser atendida por essa espécie de crédito, ainda que exista dotação específica no orçamento.
- d) poderá ser aberto crédito suplementar por decreto do Poder Executivo independentemente de autorização legislativa e da indicação de recursos, uma vez caracterizada situação de calamidade pública.

e) poderá executar os R\$ 3 milhões excedentes como despesa extraorçamentária e, após superada a calamidade, promover a regularização mediante crédito adicional.

78. Ao examinar os ingressos arrecadados por um Estado durante o exercício financeiro de 2026, um analista encontrou os seguintes valores registrados como receitas orçamentárias:

RECEITAS	VALOR
Exploração de recursos naturais	R\$ 380.000,00
Transferências correntes	R\$ 1.750.000,00
Contribuições sociais	R\$ 2.460.000,00
Receita de serviços	R\$ 1.280.000,00
Impostos	R\$ 940.000,00
Operações de crédito	R\$ 2.150.000,00
Receita agropecuária	R\$ 870.000,00

Considerando a classificação doutrinária das receitas públicas quanto à procedência e as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o valor total das receitas públicas originárias corresponde a

- a) R\$ 2.530.000,00.
- b) R\$ 3.470.000,00.
- c) R\$ 4.680.000,00.
- d) R\$ 5.220.000,00.
- e) R\$ 7.370.000,00.

79. No encerramento do exercício financeiro de 2026, a Secretaria da Fazenda de determinado Estado constatou que contribuintes efetuaram, em 31 de dezembro, o pagamento de tributos estaduais em instituições financeiras integrantes da rede arrecadadora oficial. Nos termos dos contratos celebrados com essas instituições, os valores recebidos são transferidos à conta única do Tesouro no primeiro dia útil subsequente. Assim, embora os contribuintes tenham efetuado os pagamentos em 31 de dezembro de 2026, os correspondentes recursos somente foram creditados na conta única do Estado em 4 de janeiro de 2027.

Considerando a disciplina da Lei nº 4.320/1964 e as etapas da receita orçamentária previstas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que

- a) as receitas pertencem ao exercício de 2027, pois somente o recolhimento à conta única caracteriza a realização da receita para fins orçamentários.
- b) os valores pertencem ao exercício de 2026, pois a arrecadação ocorreu quando os contribuintes entregaram os recursos aos agentes arrecadadores autorizados, ainda que o recolhimento à conta única tenha ocorrido no exercício seguinte.
- c) os valores devem ser registrados como ingressos extraorçamentários em 2026 e convertidos em receitas orçamentárias apenas quando transferidos à conta única em 2027.
- d) a arrecadação e o recolhimento constituem uma única etapa da receita orçamentária quando realizados por instituição financeira credenciada, razão pela qual prevalece a data do crédito na conta única.
- e) a receita somente pode ser reconhecida em 2026 se o lançamento, a arrecadação e o recolhimento tiverem ocorrido integralmente até 31 de dezembro, em razão do princípio da anualidade orçamentária.

80. Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado Estado, a equipe técnica analisou diferentes despesas de capital que deverão ser executadas no exercício seguinte. Entre elas, constam a construção de um centro administrativo, a aquisição de máquinas novas para equipá-lo, a compra de imóvel já em utilização e a participação do Estado no aumento de capital de uma sociedade empresária.

Considerando a classificação estabelecida pela Lei nº 4.320/1964 e a classificação por natureza da despesa, constitui exemplo de inversão financeira a despesa destinada à

- a) construção de edifício destinado à instalação de repartição pública.
- b) aquisição de equipamentos novos necessários ao funcionamento de unidade administrativa.
- c) participação na constituição ou aumento de capital de empresa industrial, quando a operação resultar na implantação ou expansão de sua atividade produtiva.
- d) amortização do principal da dívida pública contratual do Estado.
- e) aquisição, pelo Poder Público, de imóvel já em utilização, sem que esteja especificamente destinado à execução de obra pública.

Estudo de Caso 1

Em auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2025 do Município Alfa, jurisdicionado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a equipe de fiscalização examinou o grupo do ativo imobilizado e identificou os seguintes fatos:

- I. na reforma do hospital municipal, os gastos com pintura e com pequenos reparos rotineiros foram incorporados ao valor contábil do edifício, ao passo que a substituição integral do sistema central de climatização, componente de custo significativo, foi reconhecida como variação patrimonial diminutiva;
- II. cinco ambulâncias permaneceram paradas durante oito meses por falta de motoristas, razão pela qual a contabilidade suspendeu o registro da depreciação desses veículos no período;
- III. a Prefeitura, que adota o modelo da reavaliação para a classe de edificações, reavaliou apenas o edifício-sede, cujo valor justo havia aumentado;
- IV. uma escola municipal teve parte de sua estrutura comprometida por uma inundação. O edifício, mantido sem o objetivo de gerar retorno comercial, apresentava valor contábil de R\$ 6.000.000,00, valor justo líquido de despesas de venda de R\$ 3.200.000,00 e valor em uso de R\$ 4.000.000,00, sem que nenhum ajuste tivesse sido registrado.

Com base na situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) o tratamento contábil adequado dos gastos descritos no item I;
- b) a regularidade dos procedimentos relatados nos itens II e III;
- c) a necessidade de ajuste no valor contábil da escola, com o cálculo e o registro contábil pertinentes.

Extensão: até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

Uma equipe do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo planejou a auditoria das demonstrações contábeis de 2025 da Autarquia Beta, entidade da administração indireta estadual. Na estratégia global, fixou a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo em R\$ 2.000.000,00 e decidiu adotar esse mesmo valor na execução dos testes. Durante os trabalhos, constatou que os controles internos sobre o almoxarifado eram mais frágeis do que o previsto e identificou seis distorções não corrigidas, cada uma inferior a R\$ 400.000,00, que, somadas, alcançavam R\$ 2.100.000,00. O coordenador sustentou que nenhuma delas mereceria atenção, por ser individualmente inferior à materialidade fixada.

Além disso, a divergência entre o saldo contábil do almoxarifado e os bens efetivamente existentes foi comprovada apenas por declaração verbal do chefe do setor, sem registro escrito nem outros elementos. Na elaboração da matriz de achados, um integrante da equipe propôs registrar somente a situação encontrada e o critério violado, por considerar dispensáveis os demais elementos.

Com base na situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) a materialidade para execução e o risco de agregação, bem como a necessidade de revisão da materialidade fixada no planejamento;
- b) a suficiência e a adequação da evidência obtida quanto ao almoxarifado;
- c) os atributos do achado de auditoria e a proposta relativa à matriz de achados.

Extensão: até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
